

Editorial

A primeira edição de 2024 da *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM) não poderia ter outro tema de dossiê senão “60 anos do golpe civil-militar no Brasil: mídia, memória e história”, já que é fundamental, sobretudo em tempos mais contemporâneos, que haja uma política de não esquecimento em relação a um passado tão doloroso e tão difícil de passar. “Um passado que não passa”, numa alusão à expressão de Henry Rousso (2016), tão bem lembrada na chamada que a revista divulgou, para que novas reflexões fossem construídas em torno da memória e histórias das mídias em relação à ditadura iniciada em 1964 e que completa seis décadas este ano.

Assim, o número reúne, neste primeiro volume dedicado ao tema, e tendo como editoras convidadas Marialva Barbosa (UFRJ) e Maria Berenice Machado (UFRGS), treze artigos em torno da ditadura civil-militar brasileira, sob duas grandes perspectivas: a primeira poderia ser denominada “Memórias e resistências do tempo e no tempo” e a segunda foi tecida por meio de “Outros fios e tramas narrativas”, que constroem memórias múltiplas do golpe nas mídias. A quantidade e a qualidade de trabalhos recebidos levaram-nos também a prever a edição de um segundo número com a temática, no próximo da RBHM, a ser publicado até o final de 2024.

O artigo “A rotina de uma redação de jornal no tempo da ditadura”, que abre o dossiê, é um depoimento sobre as redações dos jornais nos tempos da ditadura, a partir da memória do próprio autor, Antonio Hohlfeldt, como profissional, na época, do *Correio do Povo* de Porto Alegre. A partir da constatação, obtida em sala de aula, de que os alunos iniciantes do curso de jornalismo têm profundo desconhecimento do que ocorreu no período da ditadura, o autor vai tecendo sua memória entremeada de fatos históricos que se tornam lembranças duradouras de uma experiência e de um tempo histórico.

Na sequência são alinhados três textos que trazem à cena jornalistas escritores, enfocando suas trajetórias e atuação no período ditatorial ou a produção de livros-reportagens durante o processo de anistia no Brasil, já no final da década de 1970. O primeiro, “Trajetória do jornalista Antonio Callado no dribble à censura da ditadura civil-militar do Brasil”, de autoria de Lilian Juliana Martins, mostra a atuação de Antonio Callado como jornalista durante a

ditadura e sua ação para driblar a censura, por meio da divulgação de temas que pudessem, como enfatiza a autora, “despertar” o país sobre a necessidade de uma revolução democrática. O segundo, “Zuenir Ventura, jornalismo e ditadura militar: disputas em torno do ‘vazio cultural’”, de autoria de Felipe Quintino, tem como ator privilegiado o jornalista Zuenir Ventura e objetiva analisar a noção de “vazio cultural” por ele formulada na década de 1970, período marcado pela violenta censura e repressão. E, finalmente, o último texto desse bloco, “O livro-reportagem durante o processo de anistia no Brasil”, cujo foco são jornalistas escritores, de autoria de Márcio Castilho, examina três livros reportagens publicados durante o processo de anistia no Brasil, sustentando que parte dessa produção editorial instaurou divergências frente ao projeto deliberado das elites políticas na imposição de um esquecimento pactuado durante a transição política.

Na sequência, mais três textos fecham esta primeira parte em torno das múltiplas memórias e resistências no tempo. “Gênero, tortura e trauma: relatos da ditadura militar brasileira”, de Cristiano Augusto da Silva e Nayara Menezes Lobo, analisa as memórias testemunhais de mulheres presas e torturadas no período da ditadura no Brasil, a partir da perspectiva de gênero e como forma de elaboração do trauma individual e social. O segundo, “A tortura como fio que conduz o corpo noturno do Brasil: reflexões a partir do *Dossiê Globo News* com Carlos Eugênio Paz”, de Lucas Guimarães Resende e Phellipy Jácome, toma como ponto de partida o programa enunciado no título para pensar as relações entre tortura e Estado brasileiro, considerando as práticas jornalistas como elementos de produção de tensão na discussão. E, por fim, “Jornalismo outro, memória outra? *Agência Pública* e o especial ‘Ditadura: 60 anos’”, de Frederico de Mello Brandão Tavares e Mozahir Salomão Bruck, procura problematizar uma espécie de “outra” memória que, segundo os autores, “habitaria as produções jornalísticas” qualificadas como “não hegemônicas”, a partir da análise do especial “Ditadura: 60 anos”.

Os seis artigos que encerram o dossiê – e que poderiam ser englobados sob o nome “Outros fios e tramas narrativas: memórias do golpe nas mídias”, produzindo-se, assim, uma aderência temática e um diálogo entre os textos – abordam expressões mais pontuais da presença do golpe nas mídias, sobretudo, fora dos grandes centros urbanos, ao lado de outras experiências editoriais. Fecham esse grupo dois textos que têm como objeto empírico a análise

de produções fílmicas e que trazem à cena escriturária outros fios narrativos em torno dos sessenta anos do golpe de 1964.

“*O Arquidiocesano*: jornal propagandeou discurso anticomunista antes e após o Golpe de 1964”, de Marta Regina Maia e Sílvia Cristina Silvado; “O jornal *O Mossoroense* e o definhamento do sistema de valores da ditadura civil-militar brasileira no processo de abertura (1970-1983)”, de Suliendson Dantas do Nascimento e André Bonsanto; “Entre resistências e permanências: jornais do interior no golpe civil-militar de 1964”, de Nayara Kobori; e “Raposas velhas: o período eleitoral piauiense de 1976 nas páginas d’*O Liberal*”, de Alessandra Lima dos Santos e Cláudia Cristina da Silva Fontineles compõem o grupo que trata da atuação e/ou discursividade dos jornais situados fora dos grandes centros ou que não podem ser enquadrados como da chamada grande mídia.

O primeiro analisa matérias publicadas por *O Arquidiocesano*, jornal que circulou em Mariana e cidades da região de Minas Gerais, entre 1959 e 1993. Inclui, também, tendo como eixo o conteúdo discursivo das matérias, aquelas veiculadas antes do golpe, para conhecer as narrativas que o antecederam, mostrando como o jornal contribuiu para a exacerbação de um discurso que corroborava com o anticomunismo, que, na época, circulou amplamente no espaço público brasileiro. O texto seguinte, sobre *O Mossoroense*, da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, destaca as materialidades discursivas do jornal no processo de abertura política (1970-1983), procurando mostrar como o periódico, segundo os autores, “capturou materialidades discursivas” durante o período da ditadura civil-militar. Na sequência, as narrativas dos jornais de Ribeirão Preto, São Paulo, no período que antecedeu o golpe de 1964, é o foco do artigo. Analisando textos opinativos de dois periódicos editados na cidade do interior de São Paulo, Nayara Kobori procura mostrar como as formas simbólicas podem expressar ora resistências ora discursos hegemônicos, de maneira intercambiável, em um período autoritário. Por último, o texto, que tem como foco o jornal piauiense *O Liberal*, objetiva perceber relações, discussões e repercussões na imprensa piauiense do pleito municipal de 1976, de forma a compreender a reconfiguração política que levou à ascensão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e à busca pela continuidade no poder da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Para as autoras, o jornal desempenhou papel definitivo nas eleições municipais de 1976, cujo objetivo era frear o crescimento eleitoral do MDB no estado.

Fechando o dossiê, as narrativas sobre dois documentários produzem os elos passado-presente em relação ao golpe que instaurou a ditadura civil-militar e que perdurou por 21 anos. No primeiro, denominado “Encontros com o passado: narrativas sobre a ditadura empresarial-militar no filme *Os dias com ele* (2013)”, de Márcia Neme Buzalaf, o documentário entra na cena interpretativa para mostrar narrativas do passado, a partir de registros de memória do dramaturgo comunista Carlos Henrique Escobar, personagem central do filme ganhador de muitos prêmios e dirigido por sua filha Maria Clara Escobar. E, finalmente, o último texto do dossiê, “Olhai os homens do campo: elos entre a vida de Manoel, o Golpe de 1964 e a crise ambiental”, de Denise Tavares, analisa o documentário *Minha perna, minha classe* (2023), que retrata a trajetória do líder sindical e ambientalista do Maranhão, Manoel da Conceição, procurando debater o papel da questão agrária no golpe de 1964.

O número ora apresentado publica, ainda, na seção Artigos Gerais mais três artigos. O primeiro, de Luís Mauro Sá Martino, denominado “Ensinando Teoria da Comunicação em um curso de Letras: esboço de uma micro-história de um livro-texto de 1985”, a partir da análise de um livro-texto de Teoria da Comunicação, de circulação restrita, procura apreender os significados atribuídos à disciplina sob a ótica de uma outra área. Na sequência, Moisés Diniz de Almeida aborda o movimento Caldeirão de Santa Cruz, ocorrido no Ceará, e as articulações discursivas presentes na imprensa de Pernambuco, com a inclusão do medo de Canudos e da Intentona Comunista, articulando esses temores com o movimento cearense. Para isso, o autor realiza uma análise de discurso, procurando desvendar as razões da construção pelos jornais desse tipo de narrativa, que, assim, constroem outra visão de fatos que marcaram a história do país. E, por último, fechando a seção, o texto de Guilherme Moreira Fernandes e Patrícia Cardoso D’Abreu, sobre “A atuação da Alcar e a tendência da pesquisa em História das Mídias Audiovisuais no Brasil”, traça um panorama da ação da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar) e das pesquisas apresentadas no GT História das Mídias Audiovisuais. Com isso, os autores procuram contribuir para o entendimento sobre a relevância e a influência da Associação na visibilidade, troca e estímulo das pesquisas realizadas sobre o audiovisual nos últimos vinte anos, a partir de perspectivas históricas.

Completa a edição a entrevista com Ana Paula Goulart Ribeiro sobre a pesquisa realizada e por ela coordenada, vencedora do edital lançado pelo Centro de Antropologia e



Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), com apoio do Ministério Público Federal, que mostra “Violações de direitos durante a ditadura”, abordando o caso *Folha de S.Paulo*.

Desejamos boa leitura a todos e, sobretudo, que as reflexões contidas neste número produzam tempos mais democráticos, mais justos e sem os sobressaltos que, por vezes, a história em movimento nos reserva.

As editoras.

Referências:

ROUSSO, Henry. **Face au passé**: essais sur la mémoire contemporaine. Paris: Belin, 2016.

